

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 11

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 24 bilhões estão disponíveis para o saque de cotas do PIS/ Pasep 3

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - RIO DE JANEIRO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Falso funcionário da Receita é preso 4

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANFIP

Para aliviar o IR de quem ganha menos, candidatos querem taxar dividendos 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ANFIP

Corrigir IR pode custar até R\$ 226 bi 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Atualização da tabela está muito longe de ser 'uma benesse' 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ciro: 5 milhões de empregos em 2 anos 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - SAÚDE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ciro quer tecnologia para acompanhar os pacientes do SUS 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Orçamento real, só depois da eleição 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo facilita produção de barco para exportação 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Preços administrados puxam inflação para menos de 7% este ano 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Especialistas apontam bom desempenho 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Público do Auxílio Brasil quer voltar a comprar carne e leite, indica levantamento 19

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

O tamanho do buraco fiscal de 2023 - NELSON BARBOSA 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Só democracia pode resolver conflitos de um país tão diverso (Editorial) 21

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Crise econômica chinesa traz preocupação a todo o planeta (Editorial).....	22
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
O orçamento secreto e o investimento para Tebet - FRANCISCO GÓES.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Pelo 29-º mês, trabalhador não obtém reajuste real.....	24
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Sem dólares, Argentina tenta evitar desvalorização (Editorial).....	25
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Dirigentes do Fed defendem mais altas nas taxas de juros.....	26

R\$ 24 bilhões estão disponíveis para o saque de cotas do PIS/ Pasep

Raphael Pati*

Mais de R\$ 24 bilhões estão disponíveis para o saque de cotas do PIS/Pasep para trabalhadores que atuaram no serviço público ou na iniciativa privada, com carteira assinada, entre 1971 e 1988 e que ainda não resgataram o recurso. Embora os recursos já estivessem disponíveis desde 2019, quando a Caixa Econômica Federal liberou o saque sem necessidade de justificar o motivo, 10,6 milhões de brasileiros ainda podem obter o benefício, segundo a instituição.

Enquanto o Programa de Integração Social (PIS) é responsável pelos benefícios voltados ao empregado do setor privado, o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) foi criado para ser um fundo destinado aos trabalhadores do setor público.

Os valores de cada trabalhador foram transferidos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) após a Medida Provisória nº 946/2020 extinguir o Fundo PIS/Pasep. Mesmo assim, se o trabalhador possui dinheiro no FGTS, a quantia destinada, tanto ao fundo, quanto ao programa, seguem diferenciadas dentro do sistema.

Para obter o recurso, a maneira mais simples é acessar o aplicativo do FGTS disponibilizado pela Caixa. A outra forma é se dirigir a uma agência do banco e solicitar o valor. Para o trabalhador que não possui o app do FGTS, mas outros aplicativos disponibilizados pela Caixa, basta baixá-lo e acessar com a mesma senha utilizada para os outros serviços.

Vale lembrar que esse saque não possui relação com o abono salarial que é liberado anualmente. O valor médio de cotas destinadas para cada trabalhador que ainda pode realizar o saque é de R\$ 2,3 mil.

O vice-presidente Agente Operador da Caixa, Edilson Carrogi, ressaltou que a maneira mais fácil e rápida de sacar os recursos é por meio do aplicativo. (Ele) pode ser baixado gratuitamente, tanto para usuários de Android, quanto de iOS. Basta fazer o cadastro e passa-se a utilizar todas as funcionalidades do app, disse.

Para realizar o saque, o trabalhador deve apresentar um documento de identidade com foto, além de uma

selfie do solicitante e uma certidão do PIS/Pasep emitida pelo órgão de previdência a que está vinculado, como o próprio **INSS**.

Herdeiros

Se o trabalhador que não realizou o saque já tiver falecido, os beneficiários também poderão retirar o dinheiro. Nesse caso, além do documento de identidade e da selfie do dependente, requer-se a Certidão PIS/Pasep/FGTS emitida pela **Previdência Social** com a relação de dependentes habilitados à pensão por morte ou uma declaração de dependentes habilitados à pensão, emitida pelo órgão pagador do benefício.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/08/5032157-rs-24-bilhoes-estao-disponiveis-para-o-saque-de-cotas-do-pis-pasep.html>

Falso funcionário da Receita é preso

Um homem, identificado como Paulo Vinícius Silvério, que aplicava golpes em idosos ao se passar por servidor da **Receita Federal**, foi preso em flagrante, na tarde de ontem, enquanto usava o cartão de uma das vítimas para fazer compras em uma loja de sapatos, num shopping em Botafogo, na Zona Sul. Segundo agentes da 10ª DP (Botafogo), ele confessou o crime, detalhando ainda que havia pego o cartão de uma vítima horas antes.

Em posse dos cartões, Paulo Vinícius efetuou diversas compras e saques das contas. Em uma compra realizada na última quarta-feira (24), no bairro da Urca, o prejuízo foi de R\$ 4 mil à vítima.

O suspeito, que estava sendo investigado e monitorado pelos policiais civis, costumava ir às residências das vítimas e ameaçava-as de serem presas caso não entregassem seus cartões bancários e senhas, afirmando que estariam cometendo crime contra a Receita. Em seguida, ele fazia diversas compras e saques em dinheiro. O delegado Daniel Rosa, da 10ª DP (Botafogo), informou que todos os lesados eram idosos.

Câmeras de segurança da região registraram o golpista entrando em um prédio de uma das vítimas no dia 15 de julho. A prisão foi realizada por policiais à paisana que monitoravam Paulo Vinícius no estabelecimento comercial.

Policiais à paisana prenderam um homem acusado de aplicar golpes em idosos enquanto ele realizava compras em um shopping da Zona Sul do Rio com o cartão de uma das vítimas.

Ainda conforme a Polícia Civil, o suspeito possui várias passagens por roubo e tráfico de drogas. Na delegacia, outras vítimas o reconheceram como o golpista.

O delegado Daniel Rosa fez um alerta à população para não entregar seus cartões a desconhecidos e informou que Paulo Vinícius deve responder por extorsão.

"Um alerta para as vítimas é que elas nunca deixem entrar em suas residências pessoas que não sejam conhecidas e também nunca cedam cartão bancário ou senhas, seja para pessoas que vão até sua residência ou até que liguem ou mandem mensagens de grupos de aplicativo. Elas nunca devem ceder senhas para ninguém", disse.

O golpista já havia sido preso em flagrante em fevereiro do ano passado ao roubar a residência no Flamengo. Nesse episódio, ele fingiu ser funcionário de um banco. O criminoso foi preso com R\$ 424,00 em espécie. O golpista tentou subornar o policial com R\$ 50 mil e joias. O acusado foi liberado na audiência de custódia.

Site: <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10489/26-08-2022.html>

Para aliviar o IR de quem ganha menos, candidatos querem taxar dividendos

LORENNA RODRIGUES IANDER PORCELLA BRASÍLIA / COLABORARAM IZABEL PEREIRA e DÉBORA ÁLVARES

Os candidatos à Presidência miram o "andar de cima" para custear o alto impacto de corrigir a tabela do Imposto de Renda (IR) e citam, principalmente, a taxaçoão de lucros e dividendos recebidos por pessoas físicas como uma das alternativas.

Atualizadas pela última vez em 2015, as faixas de renda que servem como base para a cobrança do IR foram sendo defasadas pela **inflação**. Com isso, brasileiros com renda cada vez menor têm caído nas garras do Leão - em 2023, quem ganhar 1,5 salário mínimo (R\$ 1.941) terá de pagar o tributo se não houver correção. Por conta da defasagem acumulada nestes sete anos, conforme dados da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal** (Unafisco), o governo arrecadou a mais R\$ 163 bilhões.

No plano de governo apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Bolsonaro não indicou qual seria a fonte de recursos para financiar a correção da tabela do IR isentando quem ganha até cinco salários mínimos, mas o ministro da Economia, Paulo Guedes, vincula a correção à aprovação da **reforma tributária** - já aprovada na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, que prevê a taxaçoão de lucros e dividendos.

CONCENTRAÇÃO DE RENDA.

A mesma promessa de isenção foi feita por Bolsonaro na campanha de 2018. O presidente do Unafisco, Mauro Silva, diz que ele poderia ter cumprido pelo menos parte do prometido e repassado a **inflação** a cada ano de governo. "Estamos vendo uma máquina concentradora de renda. A classe média, quase pobre, está sendo instada a pagar, enquanto a classe rica que recebe lucros e dividendos não paga", disse.

Para o próximo governo, Silva sugere que a correção seja gradativa e combinada com medidas que melhorem a distributividade da tributação, como a redução de benefícios fiscais. "Isso tudo não precisa de mudança constitucional, são ajustes por leis ordinárias", afirmou.

Segundo o Estadão/Broadcast apurou, a correção da

tabela do IR para quem ganha até cinco salários mínimos prometida por Bolsonaro não deve ser contemplada no Orçamento de 2023, que tem de ser enviado para o Congresso Nacional até o fim deste mês (quarta-feira). A equipe econômica cogita enviar para o Legislativo uma mensagem com o impacto da medida, mas deixando a decisão para a área política, após as eleições.

PROPOSTA DE LULA.

O ex-presidente Lula também defendeu a taxaçoão de lucros e dividendos em entrevista à Rádio Super, de Minas Gerais, no dia 17, quando propôs isentar de IR quem ganha até R\$ 5 mil. "Se tudo se reajusta neste País, por que a tabela do Imposto de Renda não pode ser reajustada para aqueles que vivem de salário?", questionou.

Ciro Gomes (PDT) também propôs corrigir a tabela do IR e aumentar o limite de isenção, mas ainda não definiu os valores a serem adotados.

O coordenador do programa econômico de Ciro, Nelson Marconi, disse que o candidato pretende criar uma faixa com alíquota mais alta, de 35%, para quem ganha mais. Hoje, há quatro faixas de acordo com a remuneração, com a alíquota máxima (de 27,5%) para quem ganha a partir de R\$ 4.664,68.

Já a candidata Simone Tebet (MDB) não menciona, em seu plano de governo, a correção da tabela do IR.

Questionada pela reportagem, a campanha da senadora não respondeu até a conclusão desta edição.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Corrigir IR pode custar até R\$ 226 bi

LORENNA RODRIGUES IANDER PORCELLA BRASÍLIA

Com foco na classe média, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), líderes da corrida pelo Palácio do Planalto, prometeram correções da tabela do Imposto de Renda que, se levadas a cabo, podem retirar até R\$ 226,8 bilhões dos cofres públicos em 2023.

Hoje, é isento quem recebe até R\$ 1,9 mil por mês - valor não corrigido desde 2015. Como mostrou o Estadão, se a tabela não for corrigida, quem recebe até 1,5 salário mínimo passará a pagar o imposto em 2023.

Levantamento da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal (Unafisco) mostra que a proposta de Lula de isentar quem ganha até R\$ 5 mil mensais resultaria em renúncia de R\$ 199,8 bilhões e deixaria 17,2 milhões de pessoas livres do tributo - ante o total de 7,86 milhões que não pagam atualmente.

Já a reiterada promessa de Bolsonaro de liberar do IR quem ganha até 5 salários mínimos - feita na campanha de 2018, e não cumprida - teria impacto ainda maior: representaria corte de R\$ 226,8 bilhões na arrecadação e isentaria 18,5 milhões de brasileiros.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

QUANTO CUSTA?

Veja o impacto aos cofres públicos das promessas dos candidatos de correção da tabela do Imposto de Renda

	CORREÇÃO	ISENTOS NÚMERO	ISENTOS DIFERENÇA	ARRECADAÇÃO EM 2023 EM BILHÕES DE REAIS
Como é hoje	SEM CORREÇÃO, LIMITE DE ISENÇÃO (MENSAL) R\$ 1.903,98	7.857.070	-	323,2 PROJEÇÃO
Promessa de Lula	CORREÇÃO DA TABELA PARA LIMITE DE ISENÇÃO ATINGIR R\$ 5.000	25.129.662	17.272.592	199,8 DIFERENÇA
Promessa de Bolsonaro	CORREÇÃO DA TABELA PARA LIMITE DE ISENÇÃO ATINGIR 5 SALÁRIOS MÍNIMOS R\$ 6.060	26.413.250	18.556.179	226,8 DIFERENÇA

FONTE: UNAFISCO / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Atualização da tabela está muito longe de ser 'uma benesse'

MARIA CAROLINA GONTIJO

Imaginem o seguinte anúncio: Imposto de Renda sofrerá um aumento de 51%. Não é preciso recorrer a nenhuma bola de cristal para se especular o tamanho da comoção social que esse tipo de medida traria. Indignação, revolta, talvez até protestos nas ruas. Pois é o que vem acontecendo desde abril de 2015, última vez que o IR foi corrigido.

Com sua tabela progressiva, a ideia do IR é simples e justa: quem ganha mais paga mais. E, para fazer valer essa máxima, temos alíquotas que vão subindo à medida que a renda vai aumentando.

Quem ganha até R\$ 1.903,88 está no limite da cobrança e isento do IR. Desde 2015. E é aí que mora a distorção que vivemos.

Nunca, desde 1989, passamos por um período tão longo sem atualizações na tabela. É bem verdade que todas as atualizações anteriores foram em patamares inferiores à **inflação**, mas o que temos agora são 88 meses sem nenhum tipo de reajuste, período em que o IPCA acumula alta de 51,08%. Para colocar isso em perspectiva, basta imaginar que um trabalhador que recebia até 2,4 salários mínimos em 2015 não pagava nenhum tipo de imposto sobre a renda.

Para alcançar essa mesma isenção em 2022, não pode receber mais do que 1,6 salário mínimo.

Anunciada como promessa em todas as campanhas, a atualização da tabela está muito longe de ser "uma benesse". Trata-se de garantir que a cobrança esteja de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Afinal, R\$1.903,88 em agosto de 2022 são suficientes para comprar menos da metade do que se comprava com o mesmo valor em 2015.

Se os percentuais permanecem os mesmos desde 2009, é preciso lembrar que nem sempre um aumento de imposto vem acompanhado do aumento da alíquota.

A não correção da tabela faz com que cada vez mais pessoas estejam sujeitas à cobrança e que meras recomposições salariais pela **inflação** impliquem mais imposto a pagar. Tudo de forma silenciosa.

Corroendo a renda inclusive de quem mais precisa.

Enquanto deveríamos estar discutindo a complexa **reforma tributária** que precisamos enfrentar, é assombroso notar que não conseguimos nem sequer fazer com que o IR, talvez o mais simples quanto à observância da progressividade, seja aplicado de forma justa.

Nosso caminho para alcançar a justiça tributária é longo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ciro: 5 milhões de empregos em 2 anos

*João Gabriel Freitas**

Candidato à Presidência pelo PDT, **Ciro Gomes** afirmou que seu programa de governo prevê um Projeto Nacional de Desenvolvimento, que tem como alicerces a recuperação do crescimento econômico e melhoria na qualidade de vida dos cidadãos para que o Brasil "volte a ser uma nação mais próspera e feliz".

"Meu projeto se compromete com cinco milhões de empregos em dois anos e diz como fazer. Temos 14 mil obras paradas, já foram licenciadas e licitadas. Vamos subir o morro, urbanizar favelas e permitir o financiamento da recuperação de moradias. Para isso, o dinheiro vem do conjunto de coisas: corte de 20% de renúncias fiscais, mais a retomada das obras também completarão os cinco milhões de empregos", afirmou, em entrevista à Jovem Pan.

Tebet Também postulante à Presidência, a senadora **Simone Tebet** (MDB) participou de sabatina organizada por Valor Econômico, O Globo e CBN. A candidata defendeu o teto de gastos, na contramão do que pregam o ex-presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) e o presidente **Jair Bolsonaro** (PL).

"Se não fosse o teto, que ainda existe e está furado com verdadeiras crateras, o orçamento secreto não seria apenas de R\$ 19 bilhões. Seria muito mais", sustentou. "É a única âncora que ficou. Pode ser aprimorada, melhorada? Sim, mas é o que temos. Para o ano que vem, é óbvio que teremos que flexibilizar o poder de manobra, mas, com uma **reforma tributária** aprovada nos seis primeiros meses, a gente já consegue garantir o crescimento do Brasil", acrescentou.

Sobre a pauta ambiental, Tebet prometeu que seu governo terá "desmatamento ilegal zero". Ela também se disse favorável à demarcação de áreas indígenas e prometeu que lutará para cessar invasões de indígenas e do agronegócio. "Sou a favor de qualquer demarcação de área indígena com estudo antropológico, mas sou contra a invasão dessas áreas, seja por um lado, seja por outro", ressaltou.

A presidenciável se disse contra a reeleição e prometeu que, se eleita, vai protocolar no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Congresso um documento em que garante que não buscará a recondução.

* Estagiário sob a supervisão de Cida Barbosa

Ciro quer tecnologia para acompanhar os pacientes do SUS



O médico Denizar Vianna durante a sabatina nesta quinta Gabriel Cabral/Folhapress

Luany Galdeano

A campanha de Ciro Gomes (PDT), candidato à Presidência, defende a digitalização da saúde para facilitar o acompanhamento da jornada do paciente.

Segundo Denizar Vianna, representante do presidenciável, o custo de instalar cabos conectando as UBSs (Unidades Básicas de Saúde) do país seria entre R\$ 240 milhões e R\$ 250 milhões, valor que corresponde a cerca de 2% do total de R\$ 189 bilhões destinados à área neste ano pela União.

Vianna participou nesta quinta (25) de sabatina promovida pela Folha. Médico, ele é professor titular da Faculdade de Ciências Médicas da Uerj. Foi secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde de 2019 a 2020, na gestão de Luiz Henrique Mandetta.

A medida ajudaria o profissional de saúde de áreas mais remotas, ainda não conectadas, a ter acesso ao histórico do paciente.

Essas informações auxiliariam no encaminhamento à atenção primária e ao atendimento de especialistas, de média e alta complexidade. A ideia é integrar dados do paciente em uma mesma plataforma, no chamado prontuário digital.

Vianna diz que o sistema de dados integrados também permite acompanhar o que acontece com o paciente depois do atendimento em si. Ou seja, se ele volta a buscar um médico e quais medicamentos foram prescritos, por exemplo.

A tabela do SUS, que estipula o valor de

procedimentos médicos, também pode ser alterada com os sistemas de informação, segundo o médico. Vianna defende que, ao acompanhar os dados do paciente, é possível criar uma lógica de remuneração baseada em resultados.

Outra proposta da campanha de Ciro Gomes é a alteração do modelo de governança do complexo industrial da saúde, hoje vinculado à Secretaria de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos, dentro do Ministério da Saúde.

Vianna sugere levar essa secretaria à Casa Civil, para que haja integração com outros ministérios (como da Economia e da Justiça e Segurança Pública). O médico também considera que o complexo não pode ser voltado apenas para a produção, mas também para a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação.

"Temos massa crítica para fazer pesquisa e temos que fomentar isso para tornar política de Estado", diz.

Para reduzir desigualdades, a campanha também defende a centralização da compra de insumos de alto custo no Ministério da Saúde. Estados seriam responsáveis pela remuneração de cirurgias e procedimentos de valor mais baixo.

Segundo Vianna, a prioridade de Ciro é revogar teto de gastos e criar modelo alternativo de controle de despesas da união, com o objetivo de atingir 6% do **PIB** direcionado à saúde.

Para isso, uma das possibilidades seria vincular os gastos da União com a saúde, como acontece com estados e municípios, onde parte da arrecadação é direcionada à área. A campanha propõe encaminhar 15% da receita corrente líquida à saúde.

Impostos sobre alimentos que podem ser danosos, como os ultraprocessados, e as bebidas alcoólicas, entrariam na reforma tributária prevista no plano de governo do candidato do PDT, de acordo com Vianna.

Ele apoia ainda uma ação coordenada de saúde, que inclui colaboração entre os ministérios para formular políticas com o objetivo de reduzir o consumo desses produtos.

Já para facilitar o acesso ao atendimento

especializado, um gargalo do SUS, a campanha propõe ainda transformar hospitais de pequeno porte em policlínicas.

Vianna foi o segundo convidado de uma série de sabatinas sobre saúde promovida pelo jornal, com patrocínio da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa). Os eventos são mediados pela repórter especial Cláudia Collucci.

Na sexta-feira (26), às 15h, a entrevista é com o senador por Pernambuco Humberto Costa (PT), representante de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A equipe do candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL), foi convidada, mas optou por não enviar um representante.

Site:

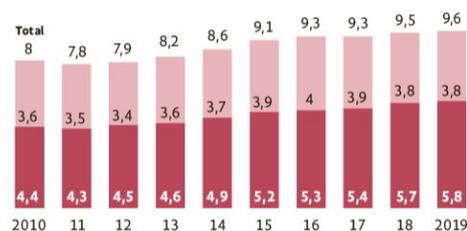
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

15

Mais de metade do gasto em saúde no Brasil é privado

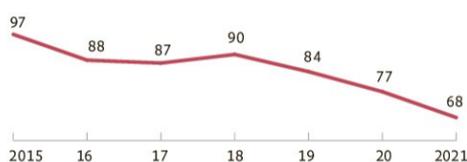
Em % do PIB

Famílias Governo



Brasil registra queda da cobertura vacinal*

Em %

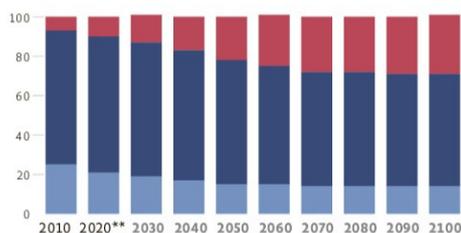


Brasil deve ter 30% de seus habitantes com mais de 65 anos em 2100

Em 2010, porcentagem era de apenas 7% da população

Em %

Menos de 15 15 a 64 65 e mais



Participação da Saúde no Orçamento

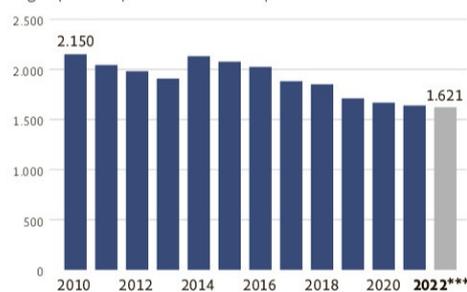
Porcentagem caiu nos últimos anos

Em %



Número de servidores ativos da Anvisa

Órgão perdeu quase 25% de seus profissionais desde 2010



* Taxa de cobertura das vacinas contra tuberculose, poliomielite, rotavírus, pentavalente, pneumonia, meningite, triplíce viral D1, hepatite A e hepatite B

** Dados a partir de 2020 são projeções *** Até agosto

Fontes: World Bank Database, 2022; dados de 2018. Conta-Satélite de Saúde 2010-2019 (IBGE); Agenda Mais SUS, do Ipea; Agenda Mais SUS, Ministério da Saúde/DataSUS, Ipea, Interfarma; com dados do orçamento do Ministério da Saúde e o orçamento total previsto nas Leis Orçamentárias Anuais, Lei de Acesso à Informação (via Fiquem Sabendo)

Orçamento real, só depois da eleição

rosana hessel

A equipe econômica está debruçada sobre os números para fechar o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023 até o fim do mês. Tudo indica que só com muita contabilidade criativa o governo conseguirá apresentar uma peça orçamentária com superavit primário (economia para o pagamento da dívida pública) no ano que vem.

A expectativa de técnicos do governo é de que a peça orçamentária deverá ser enviada ao Congresso, no dia 31 deste mês, com uma previsão de déficit primário em torno de R\$ 65 bilhões, próximo da meta fiscal determinada pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que permite um rombo de até R\$ 65,9 bilhões. Mas a tendência é que o déficit seja bem maior, pois os parâmetros da LDO, usada como base para a elaboração do Orçamento, estão defasados.

Um exemplo é a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), de 2,5%, pouco mais de seis vezes maior do que a mediana das estimativas do mercado no boletim Focus, do Banco Central, de 0,39%. Além disso, há várias "bombas fiscais" armadas para o próximo ano, que vão explodir os gastos e aumentar o rombo das contas do governo.

Não à toa, analistas são unânimes em afirmar que a conta não fecha, porque o país vai crescer menos e não haverá as mesmas surpresas de receita neste ano - com **inflação** e dividendos de estatais turbinando a arrecadação. Segundo eles, o resultado primário - que não considera as despesas com juros da dívida pública - será pior do que o deste ano, principalmente se forem incluídas nas despesas as promessas do presidente Jair Bolsonaro (PL), como o Auxílio Brasil no novo valor de R\$ 600, a manutenção das desonerações sobre os combustíveis e os reajustes dos servidores. O auxílio de R\$ 600 também está nas promessas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que lidera as pesquisas.

Alguns técnicos do governo mais realistas reconhecem que os números não fecham e indicam um rombo de R\$ 65 bilhões no ano que vem, sem considerar o auxílio de R\$ 600. Esse resultado negativo quase compromete integralmente a meta fiscal prevista na LDO do próximo ano, que permite um rombo de até R\$ 65,9 bilhões nas contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência e Banco Central), o equivalente a 0,63% do **PIB**.

As estimativas de analistas indicam que essa meta deverá ser descumprida no ano que vem, a não ser que seja alterada durante a tramitação da LOA no Congresso para a inclusão das despesas adicionais prometidas por Bolsonaro.

Medida protocolar O movimento da equipe econômica para entregar o Ploa até o fim deste mês é visto por Luis Otávio de Souza Leal, economista-chefe do Banco Alfa, como protocolar. Para ele, a verdadeira peça orçamentária só será conhecida depois das eleições. "O projeto será entregue apenas para cumprir a burocracia do trâmite do Orçamento. O que vai valer mesmo é o que vai ser aprovado no fim do ano", afirmou. Para ele, o governo precisará aumentar **impostos** e mudar a regra do teto de gastos para conseguir fechar a conta, independentemente de quem for eleito. "O Orçamento do presidente será diferente da peça orçamentária do candidato. Vamos ver a verdade a partir de novembro pelo Congresso. Até lá, é tudo discurso", completou.

Pelos cálculos de Roberto Padovani, economista-chefe do Banco BV, a tendência é de piora nas contas públicas no ano que vem. Ele prevê déficit primário de 1% do **PIB**, considerando a manutenção do auxílio de R\$ 600 e das desonerações no próximo ano. "Eles estão, obviamente, com uma projeção de controle de despesa, mas com um crescimento do **PIB** mais otimista do que o mercado. O que vai acontecer é que essa negociação de despesa vai mudar entre novembro e dezembro", destacou.

O economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale, prevê déficit primário acima de R\$ 100 bilhões no ano que vem. "Neste ano, o governo trabalha ainda com uma arrecadação forte, mas o resultado fiscal ainda está nebuloso, porque o terceiro trimestre ainda tende a ser fraco e pode frustrar a arrecadação. No ano que vem, o risco de um déficit bem mais elevado é grande. Há gastos postergados e criados neste ano, como o Auxílio Brasil, que vão pressionar muito. E a arrecadação vai crescer menos por causa do **PIB** e dos preços das commodities em baixa", ressaltou.

A especialista em contas públicas Vilma Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), também reconhece que as despesas adicionais que podem entrar no ano que vem devem comprometer qualquer previsão de um resultado primário nas contas do governo levemente positivo, de 0,06% do **PIB**. "No cenário básico da IFI, é provável um superavit primário pequeno, se não houver nenhum projeto de lei

aumentando gastos, como o auxílio de R\$ 600", explicou. Ela lamentou o constante descumprimento das regras fiscais, mas reconheceu que é preciso um debate em busca de um novo arcabouço fiscal no próximo governo. "O país pode escolher um tipo de regra fiscal que se adapte à sua realidade, mas é importante sinalizar um compromisso político e institucional de cumprimento das regras e que haverá equilíbrio fiscal no médio prazo", frisou.

Bombas fiscais de, pelo menos, R\$ 200 bilhões

A lista das principais bombas fiscais armadas para explodirem em 2023 chega perto de R\$ 200 bilhões, pelos cálculos da Tendências Consultoria.

Mas algumas projeções apontam uma herança ainda maior, podendo mais do que dobrar essa fatura.

Nas contas da Consultoria Tendências, está previsto um gasto adicional de R\$ 52 bilhões para a ampliação do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600, mas técnicos do Ministério da Economia já fizeram estimativas maiores, em torno de R\$ 60 bilhões. A consultoria incluiu na listagem gastos do governo com reajuste de salários, desonerações e recomposição das perdas dos estados com o teto do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Com isso, a soma chega a R\$ 198,9 bilhões.

Mas tudo indica que essa fatura deve aumentar, por conta de grande volume de medidas eleitoreiras promovidas ao longo deste ano e que culminaram na PEC Kamikaze, que criou um pacote de R\$ 41,2 bilhões de benefícios, como o aumento do auxílio de R\$ 400 para R\$ 600. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não há previsão de continuidade desse benefício em 2023, assim como para as desonerações e para um reajuste salarial de 18%, como o autorizado pelo Poder Judiciário.

"Haverá muitas pressões por reajustes e aumento de gastos criados neste ano, que serão difíceis de tirar em 2023. O governo está tentando antecipar o recebimento de dividendos das estatais para melhorar o resultado primário deste ano, que pode até fechar com superavit. Mas isso vai ajudar a piorar as contas no ano que vem", alertou a economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências. "Essa antecipação de dividendos vai reduzir os valores no ano que vem, mas há outras complicações, como o reajuste do funcionalismo, que vai ser uma panela de pressão", acrescentou. Ela lembrou que os R\$ 11,7 bilhões indicados pelo governo na LDO como reserva para reajustes em 2023 não serão suficientes para uma correção dos salários pela **inflação**, que, pelos cálculos da Tendências, somaria R\$ 13,5 bilhões.

Vale lembrar que, pelas estimativas da Instituição Fiscal Independente (AFI), o reajuste de 18% do Judiciário deverá ter um impacto de R\$ 1,8 bilhão em 2023, R\$ 5,5 bilhões em 2024, e de R\$ 6,3 bilhões a partir de 2025.

Elefante na gaiola De acordo com o especialista em contas públicas Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas, ao tentar fechar as contas do projeto de lei orçamentária, os técnicos do governo "estão tentando colocar um elefante em uma gaiola".

"O cenário para os próximos meses é de grandes turbulências, com possibilidades de radicalização e questionamentos do resultado das eleições, como ocorreu nos Estados Unidos", afirmou.

Ele lembrou que o atual arcabouço fiscal foi inviabilizando com a pandemia e com as medidas populistas do governo.

"Não há mais âncoras fiscais, depois de o teto ser rompido seis vezes. Agora, o navio está à deriva. Essa é a realidade", lamentou Castello Branco.

Para ele, quem vencer as eleições vai pegar uma bomba atômica, uma vez que o Congresso já está com o teto no bolso, porque a conta adicional pode chegar a R\$ 430 bilhões, em 2023, o equivalente a 4,2% do **PIB**, lembrou, citando um levantamento recente do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). "Estamos falando de uma herança enorme. Será difícil eliminar esse nível de gastos no que diz respeito aos benefícios criados recentemente, como o auxílio de R\$ 600, o auxílio-gás, os auxílios aos caminhoneiros, dependendo da situação", acrescentou.

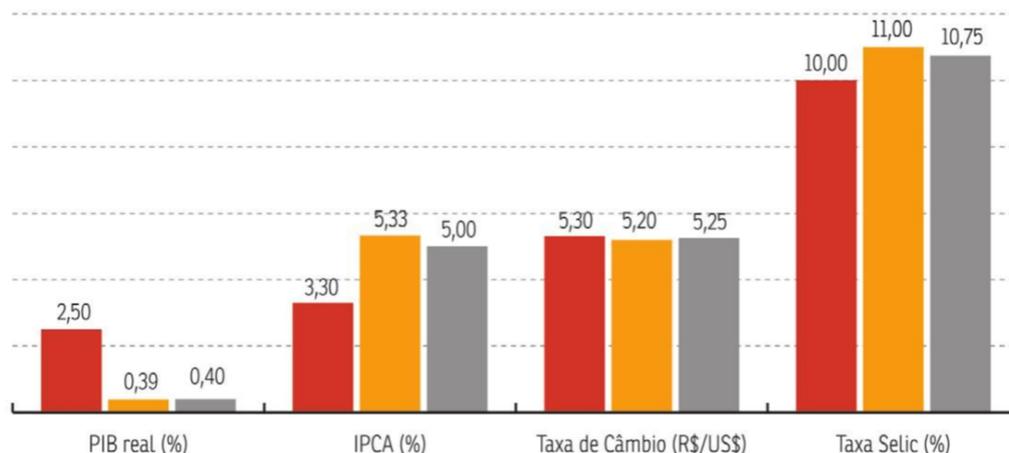
(RH)

Obra de ficção

Governo vai cumprir tabela e entregar uma peça orçamentária de 2023 fora da realidade, com parâmetros defasados e sem prever uma série de bombas fiscais que devem fazer o rombo das contas públicas explodir no ano que vem

Previsões para 2023

■ LOA ■ Focus* ■ Tendências Consultoria



*mediana das estimativas do mercado do último boletim Focus, do Banco Central

Destaques da LDO de 2023

R\$ 65,9 bilhões

Rombo máximo para a meta fiscal das contas do governo central, o equivalente a 0,63% do PIB

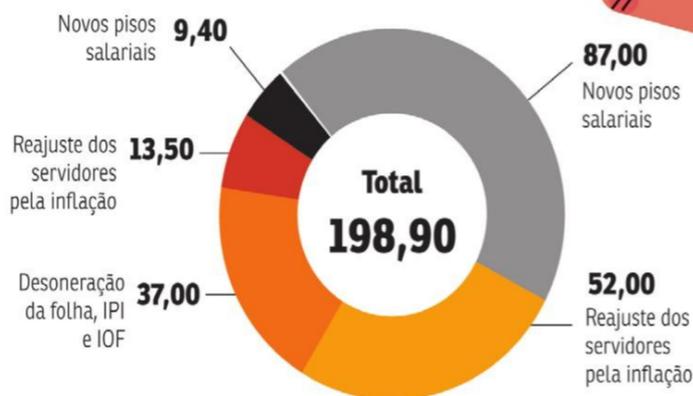
R\$ 1.294

Valor previsto para o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2023

Bombas fiscais

Veja algumas das principais despesas adicionais que devem estourar em 2023, conforme estimativas da Tendências Consultoria

Custo (R\$ bilhões)



Fontes: LDO/2023, Banco Central e Tendências Consultoria

Governo facilita produção de barco para exportação

Lu AikoOtta De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Preços administrados puxam inflação para menos de 7% este ano

Marta Watanabe e Marsílea Gombata De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Especialistas apontam bom desempenho

Taísa Medeiros Rosana Hessel

Apesar das questões espinhosas, como o escândalo do petrolão, especialistas avaliam que o candidato à Presidência pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, respondeu com tranquilidade e fluidez às perguntas na sabatina do Jornal Nacional. Para eles, no entanto, em um dos temas mais delicados nestas eleições - a economia -, o ex-presidente encontrou uma certa dificuldade.

Na avaliação do cientista político e pesquisador de Pós-Doutorado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) Enrique Carlos Natalino, Lula se esquivou ao responder sobre como enfrentará a herança econômica dos últimos anos, especialmente o elevado endividamento público e a desindustrialização do país.

"Repetiu chavões de seu primeiro mandato, como a necessidade de mais investimentos e as acusações de que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) quebrou o país. Faltou, por exemplo, o reconhecimento de que o Plano Real ajudou a consolidar o ambiente para o crescimento econômico na década de 2000", destacou. "Percebe-se, também, uma dificuldade do ex-presidente em lidar com os problemas econômicos legados pela gestão Dilma Rousseff, como a **inflação**, a recessão e o desemprego." Sobre o petrolão, Lula conseguiu desviar das "armadilhas" e responder com clareza, segundo observou o cientista político Alexandre Rocha. "O candidato conseguiu abordar com propriedade o tema da corrupção, dizendo que os fatos só vieram ao conhecimento público porque foram investigados. Nesse aspecto, conseguiu fazer contraponto com o governo Bolsonaro, que tem recorrido a manobras de sigilo, por exemplo", analisou.

Pedro Castelo Branco, professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (Iesp) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), destacou como ponto alto o discurso pacificador do candidato. "Ele se referiu à política como divergência com diálogo, com adversários, e não política com ódio, tratando adversários como inimigos", disse.

Nas redes A entrevista de Lula foi um dos assuntos mais comentados nas redes sociais. O cantor Caetano Veloso disse ter se emocionado. "Chorei vendo Lula no JN. Mais do que quando votei nele em 2002. Tanto da nossa história! Racionalmente falando, meu candidato é Ciro (Gomes). Mas Lula arrebatou. Sou um

brasileiro típico. Voto em Lula", escreveu.

A cantora Zélia Duncan também elogiou o desempenho do petista. "Lula é de carne e osso, por isso é ele que vai estancar a sangria do Brasil, para começarmos a nossa cura", postou.

Bolsonaro não postou nenhum comentário durante a sabatina. Quase duas horas depois, se manifestou no Twitter apenas com uma foto dele assistindo a uma tevê em que aparecia imagem de pessoas encapuzadas e com a frase: "Esse é o PCC".

O ex-juiz Sergio Moro (União Brasil) fez uma série de tuítes contra o presidencialismo. "Resultado final: Lula não respondeu às perguntas no Jornal Nacional e mentiu descaradamente. A entrevista foi muito parecida com os interrogatórios dele na Lava-Jato", escreveu.

Felipe Nunes, CEO da empresa de pesquisa Quaest, postou no Twitter que, na média, 15 milhões de pessoas foram impactadas com postagens sobre a entrevista. Foi a melhor média do levantamento, se comparada com os 9 milhões na entrevista de Bolsonaro e os 2 milhões na de Ciro.

Público do Auxílio Brasil quer voltar a comprar carne e leite, indica levantamento

Leonardo Vieceli

Carne bovina e leite são os principais produtos que beneficiários do Auxílio Brasil deixaram de comprar nos últimos meses e pretendem voltar a consumir a partir do aumento do benefício para R\$ 600.

A conclusão é de uma pesquisa divulgada pela Asserj (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro).

O levantamento foi produzido nos últimos dois finais de semana em quatro supermercados da zona norte e da zona oeste do Rio. Segundo a entidade, 425 consumidores aceitaram responder às perguntas.

Em torno de 42% afirmaram receber recursos de algum programa de complemento de renda do governo federal. Com folga, o Auxílio Brasil foi o mais citado pelo grupo (92%). Benefícios pagos para compra de gás (31%) e auxílios para caminhoneiros (1%) e taxistas (3%) também foram mencionados.

De acordo com a pesquisa, a carne bovina (80%) foi o item mais lembrado entre aqueles que deixaram de comprar produtos nos últimos meses e pretendem retomar o consumo a partir das transferências. Leite e derivados (57%) aparecem na sequência.

Carne de frango (45%), produtos de limpeza (44%), pães, bolos e biscoitos (43%) e produtos de higiene pessoal (41%) também estão entre as mercadorias assinaladas. As respostas são cumulativas.

"A leitura mostra que temos uma demanda reprimida", diz Ana Paula Rosa, diretora geral da Asserj. Ela projeta um aquecimento das vendas a partir dos benefícios no segundo semestre.

O governo Jair Bolsonaro (PL) aposta em medidas como a ampliação do Auxílio Brasil para atenuar os impactos da perda do poder de compra dos brasileiros às vésperas das eleições.

A carestia de alimentos afeta sobretudo os mais pobres, que têm menos condições para encarar os aumentos.

As carnes, por exemplo, subiram ao longo da pandemia com a demanda aquecida no mercado

internacional e o avanço dos custos de produção, segundo analistas.

O leite, que passou a custar mais do que a gasolina recentemente, também foi impactado pela pressão de custos. O período de entressafra, que deve se estender até setembro ou outubro, é outro fator associado à **inflação** nas gôndolas.

Para Rosa, da Asserj, uma redução "mais clara" nos preços dos alimentos ainda deve levar algum tempo, porque os supermercados representam o elo final da cadeia produtiva.

Nesse sentido, ela diz que as lojas trabalham com estoques que absorveram aumentos anteriores. "Tudo agora é uma questão de negociação com a cadeia de fornecedores", afirma.

Puxado pela queda nos preços dos combustíveis e da energia elétrica, o IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) teve deflação (queda) de 0,73% em agosto.

É a menor taxa desde o começo da série histórica, iniciada em novembro de 1991, indicou nesta quarta-feira (24) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O grupo de alimentação e bebidas, contudo, voltou a subir. A alta dos preços foi de 1,12%. Impulsionada pelo leite, a variação foi a maior entre os nove grupos de bens e serviços pesquisados no IPCA-15.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

15

O tamanho do buraco fiscal de 2023 - NELSON BARBOSA

NELSON BARBOSA

Na próxima semana, teremos dois dados importantes.

De um lado, saberemos o crescimento da economia no segundo trimestre, o que o Ibre FGV estima ter sido 1,1% contra o período anterior, com ajuste sazonal.

Do outro lado, o governo enviará seu projeto de lei orçamentária anual (PLOA) de 2023 ao Congresso, provavelmente com várias promessas de gasto ou desoneração sem previsão na legislação vigente. Hoje abordarei o tamanho do buraco fiscal de 2023.

Nesta semana meus colegas da FGV, Manoel Pires e Bráulio Borges, publicaram uma estimativa de quanto o governo pode ter que gastar a mais e receber a menos em 2023, em relação às previsões oficiais mais recentes. A conta chegou em R\$ 430 bilhões, dividida em quatro partes.

No gasto primário, seria necessário mais R\$ 120 bilhões para três coisas: manter o orçamento de Auxílio Brasil no valor equivalente ao benefício de R\$ 600/mês (R\$ 60 bilhões), conceder reajustes aos servidores (R\$ 20 bilhões) e recuperar o gasto com investimento, saúde, educação, e outras coisas (R\$ 40 bilhões).

Do lado da receita, haveria "perda" de R\$ 86 bilhões com: manutenção da desoneração do IPI (R\$ 14 bilhões), reajuste da tabela de IRPF (R\$ 10 bilhões) e normalização da arrecadação vinculada ao petróleo (R\$ 62 bilhões).

Faço uma pausa para dizer que, se também houver continuação da desoneração de PIS/Cofins sobre combustíveis (R\$ 53 bilhões), o que é muito provável, a perda potencial de arrecadação em relação às últimas previsões do governo sobe para R\$ 139 bilhões em 2023.

O terceiro risco fiscal, de até R\$ 144 bilhões, vem da possível determinação, pelo STF (Supremo Tribunal Federal), de que o governo pare de atrasar precatórios (R\$ 57 bilhões) e compense os Estados pela redução de ICMS sobre combustíveis e outros itens (R\$ 87 bilhões). Mas normalmente o STF modula sua decisão em vários anos.

Por fim, Manoel e Bráulio também adicionaram R\$ 77 bilhões ao buraco fiscal de 2023, devido ao aumento do juro real pago pelo Tesouro (R\$ 52 bilhões) e interrupção do pagamento das dívidas de alguns estados com a União (R\$ 25 bilhões).

Juntando os quatro componentes, a piora do resultado financeiro do governo federal em relação ao último cenário oficial chegaria a R\$ 427 bilhões. Se adicionarmos a manutenção do PIS-Cofins zero sobre combustível, o valor vai para R\$ 480 bilhões, 4,8% do **PIB** previsto em 2023.

Como todo cenário, a estimativa feita por Manoel e Bráulio pode ou não acontecer. Os eventos dos últimos anos mostraram quão volátil é o orçamento da União, sobretudo em um governo de direita durante eleições.

Apesar da incerteza, a campanha eleitoral já está indicando algumas coisas. Considerando a eleição de um governo progressista, minha conta (que não representa a avaliação de qualquer campanha) é que seria preciso aumentar o gasto em pelo menos R\$ 220 bilhões acima do previsto pelo atual teto de despesa.

Para que? Para evitar parada súbita das transferências de renda ao mais pobres (R\$ 60 bilhões), reajustar salários de servidores e retomar concursos (R\$ 20 bilhões), recuperar investimento e gasto social (R\$ 40 bilhões) e começar a resolver o imbróglio deixado por Bolsonaro no ICMS e nos precatórios federais (R\$ 100 bilhões).

Além do espaço para mais gasto primário, também será preciso reduzir a previsão de receita primária em pelo menos R\$ 140 bilhões para evitar um "tarifaço" na virada do ano, corrigir a tabela do IRPF e adaptar o cenário fiscal a uma renda menor do petróleo.

Somando as duas coisas, teremos um déficit primário adicional de R\$ 360 bilhões em relação às projeções oficiais, valor próximo do "cheque especial" de 3,2% do **PIB** que **Temer** pediu e conseguiu em 2016.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

15

Só democracia pode resolver conflitos de um país tão diverso (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Crise econômica chinesa traz preocupação a todo o planeta (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

O orçamento secreto e o investimento para Tebet - FRANCISCO GÓES

FRANCISCO GÓES

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Pelo 29-º mês, trabalhador não obtém reajuste real

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=1§ion=1

Sem dólares, Argentina tenta evitar desvalorização (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=12§ion=2

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311?page=12§ion=2

Dirigentes do Fed defendem mais altas nas taxas de juros

Veja a matéria no site de origem:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311

Site:

http://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187311